



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social

O SEGUNDO MANDATO DILMA ROUSSEFF E A QUEDA DO LULISMO

Iris Sunsyaray Mendes Feliciano¹
Jaldes Reis de Meneses²

Resumo: O ensaio sistematiza o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Realizamos uma análise factual dos principais tramas que desembocaram na queda do lulismo. Concluímos que o impedimento da mandatária fez parte de um projeto filiado ao capital internacional, porém, algumas intervenções políticas realizadas pela dirigente, viabilizaram o desastre ocorrido.

Palavras-chave: Impeachment Dilma Rousseff. Queda do lulismo. Tramas do segundo mandato

Abstract: The essay systematizes the impeachment process of President Dilma Rousseff. We conducted a factual analysis of the main plots that led to the of Lullism. We concluded that the impediment of he agent was part of a Project affiliated with the international capital. However, some political interventions mabe by the leader, made possible the disaster that occurred.

Key words: impeachment Dilma Rousseff. Fall of Lulism. Plots of the second term.

INTRODUÇÃO

A presente discussão é fruto da pesquisa do mestrado no qual objetivamos compreender o processo de dissolução de pacto de classes no segundo governo Dilma Rousseff. Nesse ensaio, trazemos de modo factual alguns dos principais acontecimentos que desembocaram na queda do lulismo na política brasileira.

Optamos por não trazer o embasamento teórico acerca da condução que se tomou a política econômica nos governos lulistas, porque achamos necessário nesse momento em que o Brasil atual sofre com a onda conservadora e ultraliberal, descortinar os principais movimentos tanto das instituições do Estado, das redes de comunicação e do próprio governo Dilma que resultou nesse desfecho.

A metodologia adotada é o método materialista histórico, onde saímos do real para teórico a fim de compreender e decifrar a realidade. As técnicas de pesquisa utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental. Dentro do referencial teórico das ciências sociais, trazemos um recorte da última obra de André Singer, “O Lulismo em crise”, a qual nos

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: iris_sunsyaray@hotmail.com.

² Professor com formação outra áreas, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: iris_sunsyaray@hotmail.com.

fornece elementos chaves para essa análise mais rápida e factual dos tramas ocorridos nos governos Dilma.

Na primeira parte trazemos uma visão geral do panorama do congresso após a vitória de Dilma nas eleições 2014, trabalhando já as articulações para o golpe e como a Operação Lava-Jato teve um serviço indispensável nesse processo. No segundo momento, evidenciamos os “deslizes” centrais do executivo que foram determinantes ao resultado de 2016.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Os tramas do segundo mandato: a ofensiva da operação Lava-Jato

A vitória que garantiu a Dilma a posse da cadeira presidencial nas eleições 2014, constatou um quadro eleitoral diferente. Pela primeira vez, desde que Lula da Silva, em 2002, chegou à presidência, o eleitorado se dividiu dando margem a uma possível derrota ao Partido dos Trabalhadores (PT), o país estava rachado. As urnas demonstrou uma discrepância mínima entre o candidato derrotado do PSDB, Aécio Neves e Dilma Rousseff do PT.³

De acordo com Singer (2018), os principais elementos capazes de implicar numa derrota petista eram os seguintes: a situação econômica que decaía progressivamente; o aumento nos índices de desemprego; o julgamento do mensalão que culminou em março de 2014 na operação lava-jato a qual tinha Dilma, Lula e o PT na centralidade. E Somado a isso, a influência de depoimentos importantes e matérias determinantes contra o PT ocorrido “às vésperas” das eleições, como o depoimento do ex-diretor da Petrobrás, Paulo Roberto Costa preso pela Lava-Jato e a matéria divulgada pela *Veja* dias antes da votação eleitoral,

³ A candidata venceu Aécio Neves com 51,64%, a diferença entre eles foi de 3, 28 pontos percentuais. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/26/politica/1414362936_748118.html>. Acesso: 29/05/2019.

a qual continha declarações inéditas, como a do doleiro Alberto Youssef que comprometia de modo direto os ex-presidentes Lula e Dilma.⁴

Aécio Neves não reconhece os resultados da eleição e põe em xeque a validade das urnas eletrônicas. Desde então, como maior articulador do PSDB, Singer (2018) nos conta que o político começa a se articular com os maiores interessados no congresso para a cassação da presidente eleita. Nesse momento, reforça-se as ofensivas. De um lado os ataques midiáticos, tendo a Rede Globo de televisão com um número massivo de entrevistas e reportagens contra o governo, e do outro o judiciário, com maior destaque ao juiz Sérgio Moro- mentor da operação Lava-Jato. Para Singer (2018) a operação é um processo republicano e faccioso cujo objetivo central estava no despedaçamento do lulismo. Vejamos como o autor descreve esse processo:

A Lava-Jato, com a participação fundamental dos meios de comunicação, criou fatos que mobilizaram e radicalizaram a classe média em torno da acusação de que Lula, Dilma e o PT formavam uma organização criminosa que precisava ser extirpada da vida política. (SINGER, 2018, p. 228).

Conforme Singer, a Operação obteve sucesso devido as seguintes razões:

Quatro fatores permitiram à Lava Jato alcançar um protagonismo maior do que as suas predecessoras (Banestado e mensalão): 1) Ter sido precedida pelo mensalão; 2) Ter por base a legislação contra as organizações criminosas sancionada por Dilma em agosto de 2013; 3) Ter o apoio da direção da Polícia Federal (PF), da Procuradoria Geral da República (PGR) e do STF, de modo geral orientadas por nomeados do período Lula e Dilma; 4) A audácia do grupo sediado no Paraná, especialmente a partir de novembro de 2014, com a prisão dos empreiteiros[...] (SINGER, 2018, p. 236).

Boito Jr. (2018), outro importante estudioso político, Trabalha com a perspectiva poulantziana de bloco no poder, acredita que o Estado capitalista contemporâneo, entre os quais, o brasileiro opera em consonância com um jogo de frações de classe que ocupam o bloco no poder. Para ele, nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff a burguesia hegemônica é a chamada burguesia interna, a qual demanda subsídio estatal, estão inseridos nesse campo grupos de ensino, saúde, construção civil, industriais, entre outros. Explica que por essa razão, o Estado adota uma política neodesenvolvimentista na qual alia crescimento econômico e desenvolvimento, mesmo que mantendo o modelo econômico neoliberal. A burguesia externa está associada ao capital internacional e a lógica do mercado, ao neoliberalismo ortodoxo.

⁴ Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/brasil/dilma-e-lula-sabiam-de-tudo-diz-alberto-youssef-a-pf/>>. Acesso: 30/05/2019.

Conforme analisa, há um conflito claro entre burguesia interna e externa, o que esclarece parte importante da crise nacional entre 2015-2016. De acordo com essa análise, a burguesia associada e o imperialismo apoiaram-se na operação Lava-Jato e no lema da corrupção para destronar a então burguesia no bloco do poder e atingir a viabilização de seus interesses. Compreende como alvos da investigação os seguintes pilares: o PT; a construção pesada e a Petrobrás.

A Lava-Jato funciona como uma espécie de partido da alta classe média [...] Está contribuindo, enormemente, para a restauração do neoliberalismo puro e duro, política que expressou, na década de 1990, a hegemonia do grande capital internacional e da fração associada da burguesia brasileira (BOITO JR., 2018, p. 256).

Com as investigações a todo pavor e a amplíssima midiaticização de quaisquer provas e indícios encontrados, visando produzir um escândalo político, o PT estava com os seus dias contados. Somado a isso teve uma série de ações praticadas pela dirigente que dificultaram a margem de possibilidade do PT continuar o mandato.

2.2 Os passos em falso da presidente Dilma

Baseados em Singer (2018), continuaremos as discussões para compreensão de alguns dos determinantes para o cenário de crise sócio-política em 2015 e 2016. Nesse momento compreenderemos as principais ações do executivo que viabilizaram o planos dos golpistas no processo de impedimento de Dilma Rousseff.

Para Singer (2018), o PSDB é o grande artífice do golpe, “Se tudo desse certo para os golpistas, o PT seria afastado do jogo por pelo menos uma década [...] (SINGER, 2018, p.14).” Destronar o partido que há quase quinze anos se assentava no poder e conquistar a chance de recuperar o espaço político perdido, tendo como foco os interesses do grande capital internacional que estavam como meta de ação do partido da oposição.

De acordo com Singer (2018), a relação PT e PMDB já estava desgastada desde as faxinas ministeriais feitas pela então presidente. Para esse cientista político, Dilma realizou uma espécie de “ensaio republicano” (SINGER, 2018, p. 185). Inicialmente, deteve certos graus de privilégios políticos “comuns” ao funcionamento do Estado: retirou setores do PMDB e diminuiu alguns partidos e ministérios que estavam coligados a ele, buscou ampliar

o escopo do setor público em detrimento das relações particulares e privadas. Foram inúmeros os casos de perdas dos assentos do PMDB em diversas fontes estatais.

Dilma não esperava que retirando certos cargos e posições ocupadas no tabuleiro, ela jogava contra si própria, eis o cerne da questão: Ela não estipulou que precisaria de apoio, votos e alianças no congresso. “O giro republicano desmontava o sistema de alianças construídos por Lula e, com isso, a base parlamentar do governo se esfacelava” (SINGER, 2018, p. 189).

Como resposta a faxina de Dilma, Eduardo Cunha quanto líder do PMDB, articulava o trabalho de agregar partidos contra o governo e obteve êxito, o deputado mobilizou um grupo composto de influentes partidos que encabeçaram a formação de uma frente republicana, sendo eles: PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro); Partido Progressista (PP); PROS (Partido Republicano da Ordem Social); PR (Partido da República); PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PSC (Partido Social Cristão) e Solidariedade, contando um total aproximado de 250 parlamentares. Formava-se assim uma frente antirrepublicana e o mais cômico, encabeçada por um dos investigados da Lava-Jato: Eduardo Cunha (SINGER, 2018).

Outro desfalque central cometido pela presidente foi a mudança na política econômica. Visando acatar a guinada das pautas industriais, a presidente passa a seguir uma agenda descaradamente neoliberal, o que resultou na perda de apoio parte de seu eleitorado. Em seu projeto de governo, a presidente havia se comprometido de não retirar direitos trabalhistas sob hipótese alguma. Entretanto, não foi isso que se concretizou no pré-plano de Guido Mantega, então ministro da fazenda, para o seguro-desemprego, auxílio-doença e pensão por morte. Após reeleita “Dilma cometeu o erro elementar de brigar com a esquerda e a direita ao mesmo tempo, além de se distanciar de Lula, a única sustentação que lhe restaria numa situação como aquela” (SINGER, 2018 p.196).

Colocou em crivo o único apoio consubstancial que ainda tinha: o das camadas populares e pobres que acreditaram no seu projeto e definiram a sua candidatura, entretanto, ao adotar uma postura neoliberal, mesmo que defendida como a curto prazo, entraram em um caminho sem volta. E como nos conclui o autor: “Quando o presidente da República perde apoio na sociedade e isso era obviamente o que ia acontecer a partir da escolha que ela fizera -, o Congresso não pode ser desafiado” (SINGER, 2018, p. 198).

Esse autor admite a inabilidade da presidente: “decidiu recuar no ensaio desenvolvimentista, mas seguir com o ensaio republicano, como se política e economia estivessem desconectadas [...]” (SINGER, 2018, p. 199). Fora isso, o entrosamento político

que mantinha com a câmara e o congresso eram quase nulos, Temer se aproveitava de mais essa falha para se promover e fortalecer. “[...] Enquanto isso, Temer “recebia para audiências, em média, cinco políticos por dia, entre ministros, senadores, deputados e presidentes de partido. O gabinete do vice era, segundo expressão dos jornalistas Chico de Gois e Simone Iglesias, uma espécie de pronto-socorro político” (SINGER, 2018, p. 1999).

Com a formação de uma frente antirrepublicana engenhada por Cunha, restou a Dilma se aliar novamente ao PMDB. Isolada, no segundo semestre de 2015 Dilma reata relações com o ex-presidente Lula, voltando a dar espaço para as suas orientações. “O ex-presidente não fora chamado como liderança popular, mas, sobretudo, como um dos mais capacitados profissionais ativos da política brasileira, diante de um quadro desesperador” (SINGER, 2018, p. 222).

Com o apoio de Lula, coube a Dilma a reintegração do PMDB aos ministérios e a admissão da mandatária de que não poderia governar sem o PMDB, dava espaço as indicações de Temer e Cunha. Como que numa tentativa de evitar o previsível, a presidenta tenta desfazer o que aplicou, e passa a distribuir cargos de ministérios para alguns dos principais partidos que compunham a frente antirrepublicana: PP; PR; PTB; PRB; PSD (Partido Social Democrata). Entretanto, tal ação se deu muito tardiamente. O golpe já estava encaminhado.

E, Em um outubro de 2015 o processo de impedimento da presidente Dilma é aprovado na câmara por Eduardo Cunha. A ação apontava práticas do corrente ano que comprometia a presidente. No conjunto, os acusadores⁵ afirmavam a existência de “atrasos de pagamentos generalizados somando cerca de 50 bilhões de reais ao longo de 2013, 2014 e 2015, relativos a programas de governo tocados por Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e alguns fundos” e de atentado às metas de resultado primário da Lei Orçamentária Anual (LOA) com os créditos suplementares de 1,8 bilhão de reais.

Os autos do processo apontavam crimes de responsabilidade fiscal cometidas pela mandatária no presente ano, também era acusada de atrasar repasses a bancos públicos, maquiando assim os dados para a previsão fiscal. O Tribunal de Contas da União também reconheceu o descumprimento de outra lei orçamentária, quando a dirigente também no corrente ano sancionou a liberação de créditos sem o aval do congresso (G1, 2015).

⁵ Os acusadores Hélio Bicudo (jurista e político brasileiro, um dos fundadores do PT), Miguel Reale Jr. (jurista, político e professor superior, ex- ministro da justiça no governo FHC) e Janaína Paschoal (jurista e política brasileira).

O advogado de defesa da presidente, José Eduardo Cardozo, declara que não pode ter ocorrido crime de responsabilidade, pois não se tratou de uma ação dolosa, intencional por parte da dirigente. Explica que os decretos foram editados com base legal pela equipe técnica e jurídica, e argumenta que a edição de decretos de crédito suplementar foi de acordo com a meta do superávit primário (UOL, 2016).

Em discurso ao Palácio do Planalto, a presidente proferiu a sua defesa: “São inconsistentes e improcedentes as razões que fundamentam esse pedido. Não existe nenhum ato ilícito praticado por mim, não paira contra mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público” (G1, 2015).

No domingo de 17 de abril de 2016 a câmara dos deputados aprovou a destruição do mandato Dilma Rousseff por 367 a favor contra 137, estabeleceu-se o golpe nos lindes democráticos (EL PAÍS, 2016). O desfecho de todo esse processo se deu no dia 31 de agosto de 2016 no Senado, no qual a presidenta eleita perde o direito a continuidade de chefe do executivo, contabilizados 61 votos favoráveis e 20 contrários.

Braz (2017) caracteriza o golpe ocorrido contra a presidente Dilma Rousseff como um jogo articulado pelos meios midiáticos e parlamentares com o apoio do judiciário e do Supremo Tribunal Federal (STF). Conforme analisa, a deposição da presidente contou com a suprema corte do legislativo e parte ativa do judiciário e da Polícia Federal. Descreve a ocasião como um espetáculo transmitido pela grande mídia nacional, especialmente sob o protagonismo da Rede Globo, e assistido por milhares de brasileiros, em que os deputados da câmara votaram pelo afastamento da então chefe de Estado, sob a égide de discursos sensacionalistas e populistas, no qual emitem frases conservadoras a favor de Deus, da família e contra a corrupção. Em sua análise, o autor desponta que tamanho desfile de ilegalidades ocorreu dentro do funcionamento regular das instituições democráticas burguesas.

CONCLUSÃO

A postura de Dilma Rousseff ainda no primeiro mandato de dificultar o acesso a cargos e ministérios ao grupo do PMDB no congresso e demais partidos aliados, foi na verdade um tiro no pé. As formas como as faxinas ministeriais ocorreram garantiram uma animosidade no parlamento e um sentimento de ódio e disputa quanto ao governo, que logo

depois de reeleito percebeu-se sozinho na cena política. O assim chamado “republicanismo” – a ideia de um Estado “neutro” – foi um desserviço ao projeto de poder do lulismo.

A mudança de posição de certas frações de classes como a dos industriais e produtivistas da chamada “burguesia interna”, fizeram a mandatária descumprir promessas eleitorais e começar a ter movimentos zigue zague antes para tentar manter-se no poder. Já sem o apoio do congresso perdeu apoio do seu eleitorado ao ceder descaradamente as reformas neoliberais, principalmente no âmbito do trabalho.

Percebemos uma articulação orquestrada para a deposição da presidente. A grande mídia e instâncias judiciárias do Estado atuavam contra o governo. Para Singer (2018), o processo do impedimento parte de uma cúpula com interesses de dominação e de execução de um projeto político-ideológico que difere do neodesenvolvimentismo e aponta para a lógica do livre mercado, da financeirização e do capital internacional.

O desfecho do lulismo nos moldes como se deu representou não apenas a queda de um partido ou mandato, mas a “quebra” das esquerdas no cenário nacional. A lógica do mercado e capital internacional saiu vitoriosa nessa batalha. Encontrar o caminho da reconstituição das esquerdas, o caminho da volta, talvez seja o nosso maior desafio hoje.

REFERÊNCIAS

BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Unesp, 2018.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

EL PAÍS. **Dilma derrota Aécio na eleição mais disputada dos últimos 25 anos**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/26/politica/1414362936_748118.html>. Acesso em: 29/05/2019.

EL PAÍS. **Resultado na Câmara: aprovado o impeachment de Dilma**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/17/media/1460895657_868124.html>. Acesso:30/05/2019.

G1. Eduardo Cunha autoriza abrir processo de impeachment de Dilma. Disponível em : <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html>>. Acesso em: 30/05/2019.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das letras, 2018.

UOL. Comissão de impeachment: lei a íntegra da defesa de Dilma. Disponível em <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/comissao-do-impeachment-leia-a-integra-da-defesa-de-dilma/>>. Acesso em: 30/05/2019.

VEJA. **Dilma e Lula sabiam de tudo diz Alberto Yousseff à PF**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/dilma-e-lula-sabiam-de-tudo-diz-alberto-youssef-a-pf/>>. Acesso em: 30/05/2019